

autos e contra qualquer outro que lá permaneça sem título legal, legitimo, fornecido e assinado pela Codebrás, órgão competente para a sua administração.

Condene os réus ao pagamento das custas, honorários de advogado e pagamento das perdas e prejuízos que a União tenha tido com o imóvel.

Publique-se, registre-se e intime-se. Brasília, 5 de abril de 1971. — José Bolívar de Souza — Juiz Federal da 1.ª Vara.

### JUIZO FEDERAL DA 2ª VARA

Juiz Federal: Dr. Otto Rocha  
Juiz Federal Substituto: Dr. Jacy Garcia Vieira  
Chefe de Secretaria em Exercício: Hylton Pereira

#### EXPEDIENTE DE 6 DE ABRIL DE 1971

##### AÇÃO ORDINÁRIA

N.º 985-G

Autor: Leonor Navarro de Andrade Kauffmann

Réu: União Federal  
Advogado: Dr. Arlindo Leoni de Souza e Ivan D'Aprémont Lima

Despacho: — Renove-se o ofício de fls. 15. — Brasília, 5.4.71. — Otto Rocha.

N.º 1.003-G

Autor: Cacilda Generosa Mendonça de Carvalho

Advogado: Dr. Arlindo Leoni de Souza e Ivan D'Aprémont Lima

Réu: União Federal  
Despacho: — Renove-se o ofício de fls. 14. — Brasília, 5.4.71. — Otto Rocha.

N.º 963-G

Autores: Formica Corporation e Cyanamid Química do Brasil Ltda.

Advogados: Drs. Luiz Leonardos, Carlos Eduardo de Barros Barreto e outro

Réu: Érico — Móveis, Indústria e Comércio de Metal e Fôrmica Ltda., com interveniência da União Federal.

Despacho: — Vista à União Federal e às autoras. — Brasília, 5 de abril de 1971. — Jacy Garcia Vieira.

N.º 602-G

Autor: Instituto Nacional de Previdência Social — INPS.

Réu: Zenivaldo Cordeiro Padilha

Sentença: — Vistos e etc. — Tendo em vista que a Autora já executou a sentença de fls. 13/14, recebendo o quantum da condenação (guia de fls. 35 e alvará de fls. 39), determino o arquivamento dos presentes autos, dando-se baixa no Serviço de Distribuição. — P. R. — Brasília, 5 de abril de 1971. — Otto Rocha.

N.º 229-G

Autor: Marcílio Joaquim Ferreira e outros

Advogado: Dr. Ivon Faig Torres

Réu: União Federal.

Despacho. — J. A conclusão. — Brasília, 5.4.71. — Jacy Garcia Vieira.

##### AÇÃO EXECUTIVA

N.º 106-G

Autor: Instituto Nacional de Previdência Social — INPS.

Réu: Antonio Santos de Andrade

Sentença: — Vistos e etc. — Julgo extinta a presente ação executiva tendo em vista o pagamento da dívida ajuizada (guia de fls. 18 e alvará de levantamento de fls. 22), para que surta seus devidos e legais efeitos. — Arquivem-se estes autos, dando-se baixa no Serviço de Distribuição. — P. R. I. — Brasília, 5 de abril de 1971. — Otto Rocha.

N.º 854-G

Autor: Instituto Nacional de Previdência Social — INPS.

Réus: Moysés Elias

Sentença: — Vistos e etc. — Julgo extinta a presente ação executiva tendo em vista o pagamento da dívida ajuizada (guia de fls. 26 e alvará

de levantamento de fls. 30), para que surta seus devidos e legais efeitos. — Arquivem-se estes autos, dando-se baixa no Serviço de Distribuição. — Brasília, 5 de abril de 1971. — Otto Rocha.

N.º 800-G

Autor: Instituto Nacional de Previdência Social — INPS.

Réu: Joaquim Martins de Lisboa

Sentença: Vistos e etc. — Julgo extinta a presente ação executiva tendo em vista o pagamento da dívida ajuizada (guia de fls. 21 e alvará de levantamento de fls. 25), para que surta seus devidos e legais efeitos. — Arquivem-se estes autos, dando-se baixa no Serviço de Distribuição. — P. R. I. — Brasília, 5 de abril de 1971. — Otto Rocha.

N.º 1.031-G

Autor: Caixa Econômica Federal — Filial de Brasília

Advogado: Dr. Waltencyr de Mello Franco

Réu: Geraldo Pereira de Castro Filho

Despacho: — Junte-se. — Aguarde-se o transcurso do prazo para oferecimento de bem à penhora. — Brasília, 5 de abril de 1971. — Jacy Garcia Vieira.

N.º 492-G

Autor: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — Delegacia Regional de Brasília

Advogado: Dr. Wilson Camargo

Réu: José Aristides de Moraes Filho

Despacho: — Esclareça a Autora se o edital foi publicado no Órgão Oficial — Brasília, 5 de abril de 1971. — Otto Rocha.

#### EXECUTIVO FISCTL

N.º -1.29-E

Autor: Instituto Nacional de Previdência Social — INPS.

Réu: Joaquim Vaz de Mesquita

Sentença: — Vistos e etc. — Julgo extinta a presente ação executiva fiscal tendo em vista o pagamento da dívida ajuizada (guia de fls. 25 e alvará de levantamento de fls. 31), para que surta seus devidos e legais efeitos. — Arquivem-se estes autos, dando-se baixa no Serviço de Distribuição. P. R. I.

Brasília, 5 de abril de 1971. — Otto Rocha.

N.º 1.414-E

Autor: Instituto Nacional de Previdência Social — INPS.

Réu: Salomão J. Guimarães.

Sentença: Vistos e etc. — Julgo extinta a presente ação executiva fiscal tendo em vista o pagamento da dívida ajuizada (auto de fls. 17; guia de fls. 19 e alvará de fls. 23), para que surta seus devidos e legais efeitos. — Arquivem-se estes autos, dando-se baixa no Serviço de Distribuição. — P. R. I.

Brasília, 5 de abril de 1971. — Otto Rocha.

N.º 1.326-E

Autor: Fazenda Nacional.

Réu: Yasin & Irmãos Ltda.

Sentença: Vistos e etc. — Julgo extinta a presente ação executiva fiscal tendo em vista o pagamento da dívida ajuizada (auto de fls. 23), para que surta seus devidos e legais efeitos. — Arquivem-se estes autos, dando-se baixa no Serviço de Distribuição. — P. R. I.

Brasília, 5 de abril de 1971. — Otto Rocha.

N.º 2.626-E

Autor: Fazenda Nacional.

Réu: Mini Transporte Ltda.

Sentença: Vistos e etc. — Julgo extinta a presente ação executiva fiscal tendo em vista o pagamento da dívida ajuizada (auto de fls. 8 e guia de fls. 10), para que surta seus devidos e legais efeitos. — Arquivem-se estes autos, dando-se baixa no Serviço de Distribuição. P. R. I.

Brasília, 5 de abril de 1971. — Otto Rocha.

N.º 972-E

Autora: Fazenda Nacional

Réu: Wanderlan Miranda de Oliveira.

Sentença: Vistos e etc. — Trata-se de executivo fiscal movido pela Fazenda Nacional contra Wanderlan Miranda de Oliveira. — Considerando que o executado não apresentou defesa, no prazo legal, julgo, nos termos do artigo 19, inciso IV, do Decreto-lei nº 960, de 17 de dezembro de 1938, subsistente a penhora de fls. 29, para que se prossiga na execução. P. R. I.

Brasília, 5 de abril de 1971. — Otto Rocha.

N.º 2.655-E

Autora: Fazenda Nacional.

Réu: Bassi & Amado Ltda.

Sentença: Vistos, etc. — Julgo extinta a dívida pelo pagamento. Arquivem-se estes autos, dando-se baixa na distribuição. P. R. I.

Brasília, 5 de abril de 1971. — Jacy Garcia Vieira.

Segunda Vara, 6 de abril de 1971. — Hylton Pereira, Chefe de Secretaria.

## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

### ATO DA PRESIDÊNCIA

Em 26 de março de 1971

No requerimento em que Moacir Braga solicita prorrogação do prazo de validade do Concurso Público para Motorista, realizado em 1968, o Excelentíssimo Sr. Ministro Presidente exarou o seguinte despacho: "Prorrogo, por mais seis (6) meses, o prazo de validade do concurso a que se submeteu o peticionário. — Jaci Falcão."

### ATOS DO DIRETOR GERAL

Em 17 de março de 1971

Relevando, em face do laudo médico, as faltas de Sêneca Siloé de Menezes, Oficial Judiciário, PJ-5, do Quadro desta Secretaria, nos dias 17, 18 e 19 de março de 1971, de acordo com o art. 123 da Lei nº 1.711-52.

Em 29 de março de 1971

Cancelando o salário-família pago a Renato de Paula, funcionário aposen-

tado do Quadro desta Secretaria, por seu filho Luiz Fernando Ferraz de Paula, de acordo com o art. 134, IV, da Lei nº 1.711-52.

Em 1º de abril de 1971

Relevando, em face do laudo médico, as faltas de José Joaquim de Souza, Auxiliar de Limpeza, PJ-12, do Quadro desta Secretaria, nos dias 1º, 2 e 5 de abril de 1971, de acordo com o art. 123 da Lei nº 1.711-52, concedendo, ainda, 90 dias de licença, a partir de 6, nos termos do art. 88, I, da Lei supra citada.

Relevando, em face do laudo médico, as faltas de Lúcia Thomaz, Oficial Judiciário, PJ-6, do Quadro desta Secretaria, nos dias 25, 26 e 29 de março de 1971, de acordo com o art. 123 da Lei nº 1.711-52.

Relevando, em face do laudo médico, as faltas de Jorge da Costa Faria, Ajudante de Chefe de Portaria, PJ-6, do Quadro desta Secretaria, nos dias 26, 29 e 30 de março de 1971, de acordo com o art. 123 da Lei nº 1.711-52.

## TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

TST Nº 100-71

O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho usando das atribuições legais, tendo em vista o disposto no item II da Resolução Administrativa nº 17-70 e de acordo com a Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, regulamentada pelo Decreto nº 807, de 30 de março de 1962, resolve designar para servir em Brasília — D.F., o Guarda-Judiciário PJ-10, Armando Wriedt, procedente do Estado da Guanabara.

Dê-se ciência e publique-se.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1971. — Thelmo da Costa Monteiro, Presidente do T.S.T..

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

### SEGUNDA TURMA

#### PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

##### TERMO DA 5.ª AUDIÊNCIA

Aos dezoito dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e um, na Sala de Sessões da 2.ª Turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, onde se achava presente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Hugo Auler, Presidente de Turma, com o Sr. Secretário da mesma, servindo de escrivão que este subscreve, foi pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente ordenado se abrisse a audiência para publicação de acórdãos,

(\*) Republicado por haver saído com incorreção no D. J. de 24.3.71.

o que foi feito pelo Porteiro Senhor Jurandyr de Oliveira Tavares.

Aberta a audiência foram publicados os acórdãos dos seguintes processos:

#### APELAÇÕES CRIMINAIS

N.º 1.199 — Distrito Federal — Relator: Des. Juscelino José Ribeiro — Revisor: Des. Mário Brasil de Araújo — Apelante: Damázio Rodrigues de Souza — (Adv. Dr. Antão Araújo da Silva — Apelada: Justiça Pública — Decisão: "Votaram pela redução da pena para oito meses de detenção e concederam o sursis os Desembargadores Milton Barbosa e Lúcia Arantes. O empate se decide em favor do réu. Este, portanto, o resultado do julgamento".